

# Quatro são mortos pela PM na Baixada Santista e já são 38 na Operação Verão

Segunda a Polícia, agentes faziam ação contra tráfico em São Vicente quando houve confronto

Rogério Pagnan,  
Fábio Pescarini e  
Francisco Lima Neto

**SÃO PAULO** Quatro pessoas foram mortas em suposto confronto com policiais militares na noite desta terça-feira (27), aumentando para 38 o número de mortos na Baixada Santista durante a Operação Verão, iniciada após a morte do soldado da Rota Samuel Wesley Cosmo, 35, no dia 2.

De acordo com a PM, os agentes faziam operação contra o tráfico de drogas no Jardim Rio Branco, na cidade de São Vicente, quando foram surpreendidos por pessoas armadas em área de mata. Houve confronto, e cinco suspeitos, de acordo com a polícia, foram atingidos. Quatro deles morreram, um foi socorrido e está internado.

“Dois homens, de 18 e 31 anos, e dois adolescentes, de 17, não resistiram”, afirma a nota da SSP (Secretaria da Segurança Pública).

Como o grupo, ainda de acordo com a Polícia Militar, foram apreendidos dois revólveres calibre 38 e uma pistola 40, além de porões de drogas, dinheiro e celulares.

O quinto suspeito foi levado para o Hospital do Vicentino. Um sexto suspeito foi detido e encaminhado para a delegacia. Ele foi liberado depois de relatar que estava no local para comprar drogas, quando foi surpreendido pela troca de tiros e se escondeu na mata.

O caso foi registrado como tráfico de drogas, posse ou porte ilegal de arma de fogo, resistência a morte decorrente de intervenção policial na Delegacia Sede de São Vicente.

De acordo com a pasta da segurança, os fatos serão investigados pelas polícias Civil e Militar, com acompanhamento do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Na segunda-feira (26) um homem foi morto também em suposto confronto com policiais militares no morro José Menino, em Santos.

Segundo a SSP (Secretaria da Segurança Pública), PMs faziam incursões no morro, quando três suspeitos atacaram contra a equipe. Os policiais revidaram e um homem acabou atingido.

Em nota, a pasta afirma que



Policamento na praia da Enseada, em Guarujá, no litoral de SP onde é realizada a Operação Verão

Mortos em supostos confrontos com a PM



“Dois homens, de 18 e 31 anos, e dois adolescentes, de 17, não resistiram”, afirma a nota da SSP (Secretaria da Segurança Pública).

Como o grupo, ainda de acordo com a Polícia Militar, foram apreendidos dois revólveres calibre 38 e uma pistola 40, além de porões de drogas, dinheiro e celulares.

O quinto suspeito foi levado para o Hospital do Vicentino. Um sexto suspeito foi detido e encaminhado para a delegacia. Ele foi liberado depois de relatar que estava no local para comprar drogas, quando foi surpreendido pela troca de tiros e se escondeu na mata.

O caso foi registrado como tráfico de drogas, posse ou porte ilegal de arma de fogo, resistência a morte decorrente de intervenção policial na Delegacia Sede de São Vicente.

Em nota, a pasta afirma que

A quantidade de obitos tor

na a Operação Verão 2024 atingiu a maior taxa letal da história de São Paulo, atrás apenas do massacre de Garandari, quando 11 homens foram mortos durante a invasão da Casa de Detenção, em 2 de outubro de 1992.

O número de mortes desde o dia 2 de fevereiro já é superior ao de 42 dias de Operação Escudo, realizada na mesma região entre 28 de julho e 2 de setembro, quando 28 pessoas foram mortas após o assassinato do também soldado da Rota Patrick Bastos Reis, 35. O PM foi baleado em uma via na periferia de Guarujá na noite de 27 de julho. Assim como Cosmo, Reis também estava em serviço ao ser atingido.

Parentes de um jovem cego, de 22 anos, afirmaram que ele é um dos mortos pela polícia na Baixada Santista. O caso ocorreu no último dia 7 e faz parte de um relatório produzido pela Ouvidoria da Polícia de São Paulo sobre violações de direitos humanos durante a Operação Verão.

Mesmo com nomes diferentes (Verão e Escudo), as invest

tidas dos policiais são semelhantes: ocorrem principalmente nas periferias das cidades de Santos, São Vicente e Guarujá e contam com a presença de praças e oficiais lotados na capital, por exemplo, da Rota e do 3º Batalhão de Choque, com sede na Vila Maria (zona morte).

O tipo de material apreendido e apresentado pelos policiais também são comuns às duas operações — armas, drogas e rádios comunicadores.

“Assim como na Operação Escudo, a atual (Verão) é repleta de denúncias de abuso e violência policial. Infelizmente, os relatos de familiares das vítimas e testemunhas apontam para práticas de execuções sumárias, destruição de câmeras de vigilância das ruas, não utilização de câmeras corporais por policiais de batalhões que deveriam usá-las. Sob o argumento de combater o crime organizado, a SSP tem dado margem para que suas polícias pratiquem todo o tipo de arbitrariedade”, afirma a diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno.

Na segunda-feira, o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, afirmou que a operação vai continuar, apesar de críticas.

“As pessoas nunca foram lá e não conhecem a realidade”, afirmou o secretário, em entrevista à rede Jovem Pan.

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública afirmou que as forças de segurança do estado são instituições legais que atuam no estrito cumprimento do seu dever constitucional. As corregedorias estão à disposição para formalizar e apurar toda e qualquer denúncia contra agentes públicos, reafirmando o compromisso com a legalidade, os direitos humanos e a transparência.

Conforme o gestor Tarcísio de Freitas (Republicanos), 797 pessoas foram presas desde o início da operação, incluindo 301 procurados pela Justiça, além da apreensão de mais de meia tonelada de drogas e 86 armas ilegais, incluindo fuzis de uso restrito, foram recolhidas.

Entre os mortos, de acordo com o governo estadual, está o “líder de uma facção criminosa envolvida com o tráfico internacional de drogas, lavagem de dinheiro, tribunal do crime e atentado contra agentes públicos”.

Todos os casos de mortes em confronto são rigorosamente investigados pela Polícia Civil e Militar, com acompanhamento do Ministério Público e Poder Judiciário.

Secretaria da Segurança Pública sobre mortes na Operação Verão

2º dia de ações no RJ

Cerca de 5.000 alunos ficaram sem aulas, nesta quarta (28), por conta de operações policiais na zona oeste do Rio de Janeiro, em áreas do TCP (Terceiro Comando Puro). A ação ocorre um dia após a megaoperação que deixou nove mortos — o maior número de mortos em operação policial no estado em um único dia em 2024.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, em Senador Camará, oito unidades de ensino optaram por cancelar as aulas. Nesse bairro, diz a pasta, foram 2.358 alunos afetados. Já na Vila Alarça, 2.811 alunos.

A PM avisou as secretarias das operações assim que elas têm início para as pastas optarem por cancelar ou não as aulas. Houve trânsito, e criminosos usaram barricadas, oleo na pista, ócio ônibus e até carro da Comlurb para fechar a comunidade.

nenhum não faz inspeção predial — que não seria de sua responsabilidade. Sua função seria verificar o cumprimento de direitos.

Também dizem que a fuga não ocorreu em razão das condições da unidade ou da falta de câmeras, mas sim pela não adoção de procedimentos que fazem parte dos protocolos de segurança. Como a Folha mostrou, investimentos que a penitenciária não estava fazendo revistas diárias nas celas ou nos detentos.

O Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos é ferramenta eletrônica em que o CNJ consolida, em um banco de dados, informações sobre as inspeções em todo território nacional, para o controle dos órgãos judiciais.

A assessoria de imprensa do órgão afirmou que o CNJ só concentra os dados e que a responsabilidade de inspeção cabe ao presidente do CNJ.

Os magistrados informaram os resultados, e o sistema faz

leitura dos dados e disponibiliza as informações no painel de forma pública.

As avaliações nos estabelecimentos penais pelos juízes de execução criminal tornaram-se obrigatórias por uma resolução criada em 2007, pela então presidente do conselho, o ex-ministro Ellen Gracie.

A norma diz que os estabelecimentos penais devem proporcionar segurança e diáspora de condições adequadas de funcionamento. Além disso, que a Constituição assegure aos presos o respeito à integridade física e moral.

A resolução ainda determina que os juízes de execução criminal devem realizar pessoalmente uma inspeção mensal nos estabelecimentos penais sob sua responsabilidade.

Também devem tomar providências para seu adequado funcionamento, promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade. Devem ser inseridos dados relevantes da população carcerária e da observância dos direitos dos presos assegurados na Constituição.

## Investigação suspeita que fugitivos de Mossoró recebem ajuda

Raquel Lopes

**MOSSORÓ (RN)** Investigadores suspeitam que os dois presos que fugiram da penitenciária federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, continuam recebendo ajuda do lado de fora do presídio. Segundo policiais, um indicio seria o fato de não ter sido registrada nova movimentação.

Até sexta (26), eles ficaram no terreno do mecânico Ronaldo da Silva Fernandes na zona rural de Baraúna. No domingo (25), houve tentativa de invasão numa casa na comunidade e a polícia investigava a relação com os fugitivos.

Monitores também disseram ter visto os fugitivos em outra comunidade de Baraúna na noite de segunda-feira (26), mas, segundo investigadores, os cães farejadores foram ao local e não reconheceram a posse dos detentos. Os investigadores acreditam que eles ainda estejam no Rio Grande do Norte, e se buscam se intensificar na divisa do estado com o Ceará. Aproximadamente dois detentos foram pegos a barra de ferro, de cerca de 50 centímetros, descascam

de Mossoró completam 15 dias nesta quarta (28). Desde então, já foram presas cinco pessoas.

Os fugitivos são Rogério da Silva Mendonça, 36, conhecido como Tatú, e Dêlbson Carlos Nascimento, 34, chamado de Desidério — segundo as investigações, eles são ligados à facção Comando Vermelho, o maior dos detentos haviam sido transferidos do Acre para o presídio em Mossoró, localizada a 281 quilômetros de Natal (RN), após uma rebelião que deixou cinco pessoas mortas em julho do ano passado.

Ataça, fato incluído em presídio e expôs o governo Lula (PT) a uma crise em um tema explosivo por adversários políticos, a segurança pública.

Os investigadores identificaram que os dois fugitivos usaram uma barra de ferro, retida da estrutura da própria cela, para escavar um buraco no chão da luminária. Com a abertura do espaço, os presos conseguiram escapar.

Os detentos teriam conseguido a barra de ferro, de cerca de 50 centímetros, descascam

de parte da cela que já estava comprometida, devido à infiltração e falta de manutenção. Como o buraco na luminária, os dois chegaram ao local da manutenção do presídio, onde estão misquins, tubulações e toda a fiação. De lá, a dupla alcançou o teto. Também não havia nenhuma laje de concreto ou sistema de proteção.

Os fugitivos encontraram ferramentas que estavam em uso nas unidades da reforma do presídio. Com alicate para cortar arame, conseguiram passar pela grade que impedia o acesso ao lado externo do presídio.

No caso de Mossoró, é registrado que a unidade contava com 228 vagas e tinha 81 presos para 232 agentes penitenciários e que não houve fuga, rebelião ou mortes no período.

As avaliações da unidade foram enviadas ao conselho pelo juiz federal Walter Nunes, corregedor do presídio.

Pessoas que tiveram acesso aos argumentos afirmaram que o juiz não verificou a condição de estrutura do presídio

CNJ avaliou como boas as condições da penitenciária no RN

Ana Pompeu e  
Constança Rezende

**BRASÍLIA** As condições da penitenciária federal de segurança máxima de Mossoró, no RN, da qual dois presos fugiram no último dia 14 usando ma-

terial arrancado das paredes da cadeia, foram classificadas como “boas” no sistema de inspeções penais do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em janeiro.

Segundo o conselho, as avaliações dos presídios levam em consideração dados sobre segurança, estrutura e quantidade de pessoas das unidades. Elas podem ser classificadas como péssimas, ruins, regulares, boas ou excelentes.

Dos cinco presídios federais, dois de Catanduva (PI) aparecem com a classificação “péssima” e não há nenhuma com “ruim”. O painel não mostra as justificativas dos juízes.

No caso de Mossoró, é registrado que a unidade contava com 228 vagas e tinha 81 presos para 232 agentes penitenciários e que não houve fuga, rebelião ou mortes no período.

As avaliações da unidade foram enviadas ao conselho pelo juiz federal Walter Nunes, corregedor do presídio.

Pessoas que tiveram acesso aos argumentos afirmaram que o juiz não verificou a condição de estrutura do presídio

nenhum não faz inspeção predial — que não seria de sua responsabilidade. Sua função seria verificar o cumprimento de direitos.

Também dizem que a fuga não ocorreu em razão das condições da unidade ou da falta de câmeras, mas sim pela não adoção de procedimentos que fazem parte dos protocolos de segurança. Como a Folha mostrou, investimentos que a penitenciária não estava fazendo revistas diárias nas celas ou nos detentos.

O Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos é ferramenta eletrônica em que o CNJ consolida, em um banco de dados, informações sobre as inspeções em todo território nacional, para o controle dos órgãos judiciais.

A assessoria de imprensa do órgão afirmou que o CNJ só concentra os dados e que a responsabilidade de inspeção cabe ao presidente do CNJ.

Os magistrados informaram os resultados, e o sistema faz

leitura dos dados e disponibiliza as informações no painel de forma pública.

As avaliações nos estabelecimentos penais pelos juízes de execução criminal tornaram-se obrigatórias por uma resolução criada em 2007, pela então presidente do conselho, o ex-ministro Ellen Gracie.

A norma diz que os estabelecimentos penais devem proporcionar segurança e diáspora de condições adequadas de funcionamento. Além disso, que a Constituição assegure aos presos o respeito à integridade física e moral.

A resolução ainda determina que os juízes de execução criminal devem realizar pessoalmente uma inspeção mensal nos estabelecimentos penais sob sua responsabilidade.

Também devem tomar providências para seu adequado funcionamento, promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade. Devem ser inseridos dados relevantes da população carcerária e da observância dos direitos dos presos assegurados na Constituição.

Também devem tomar providências para seu adequado funcionamento, promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade. Devem ser inseridos dados relevantes da população carcerária e da observância dos direitos dos presos assegurados na Constituição.

Também devem tomar providências para seu adequado funcionamento, promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade. Devem ser inseridos dados relevantes da população carcerária e da observância dos direitos dos presos assegurados na Constituição.

Também devem tomar providências para seu adequado funcionamento, promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade. Devem ser inseridos dados relevantes da população carcerária e da observância dos direitos dos presos assegurados na Constituição.

Também devem tomar providências para seu adequado funcionamento, promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade. Devem ser inseridos dados relevantes da população carcerária e da observância dos direitos dos presos assegurados na Constituição.

Também devem tomar providências para seu adequado funcionamento, promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade. Devem ser inseridos dados relevantes da população carcerária e da observância dos direitos dos presos assegurados na Constituição.

Também devem tomar providências para seu adequado funcionamento, promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade. Devem ser inseridos dados relevantes da população carcerária e da observância dos direitos dos presos assegurados na Constituição.